

Ex.mo Júri do Procedimento de Ajuste
Direto de Aquisição de serviços para
elaboração de estudo prévio e projeto
de execução para a requalificação da
Escola Básica nº2

Entidade Adjudicante: Câmara Municipal de Sines

Procedimento Contratual: Ajuste Direto - Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a requalificação da Escola Básica nº2 - Identificação do processo: 2017/300.10.005/239.

Tendo tido acesso ao documento, Relatório Final de Análise de Propostas do procedimento de Ajuste Direto - Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a requalificação da Escola Básica nº2, vem, a Pina & Nunes – Arquitetos, Lda., na qualidade de concorrente, nos termos do artigo 123º do Código dos Contratos Públicos (CCP), pronunciar-se sobre o documento referido.

Da leitura do relatório preliminar, anteriormente enviado, constata-se que a proposta da Pina & Nunes – Arquitetos, Lda. não foi excluída, tendo ficado em primeiro lugar, no entanto, agora no relatório final, o Júri tem intenção de propor a exclusão da proposta apresentada por Pina e Nunes – Arquitetos, Lda. Entende-se que não existe qualquer razão para a exclusão da proposta. As razões para eventual exclusão de uma proposta estão todas identificadas nos artigos 146º e 70º do CCP, não podendo ser excluídas propostas por outras razões que não as descritas nos artigos referidos.

O Júri nem sequer indica, qual a norma das descritas no artigo 146º e/ou artigo 70º do CCP onde se baseia para sustentar a exclusão. Certamente porque não existe – **não há razão para exclusão da proposta.**

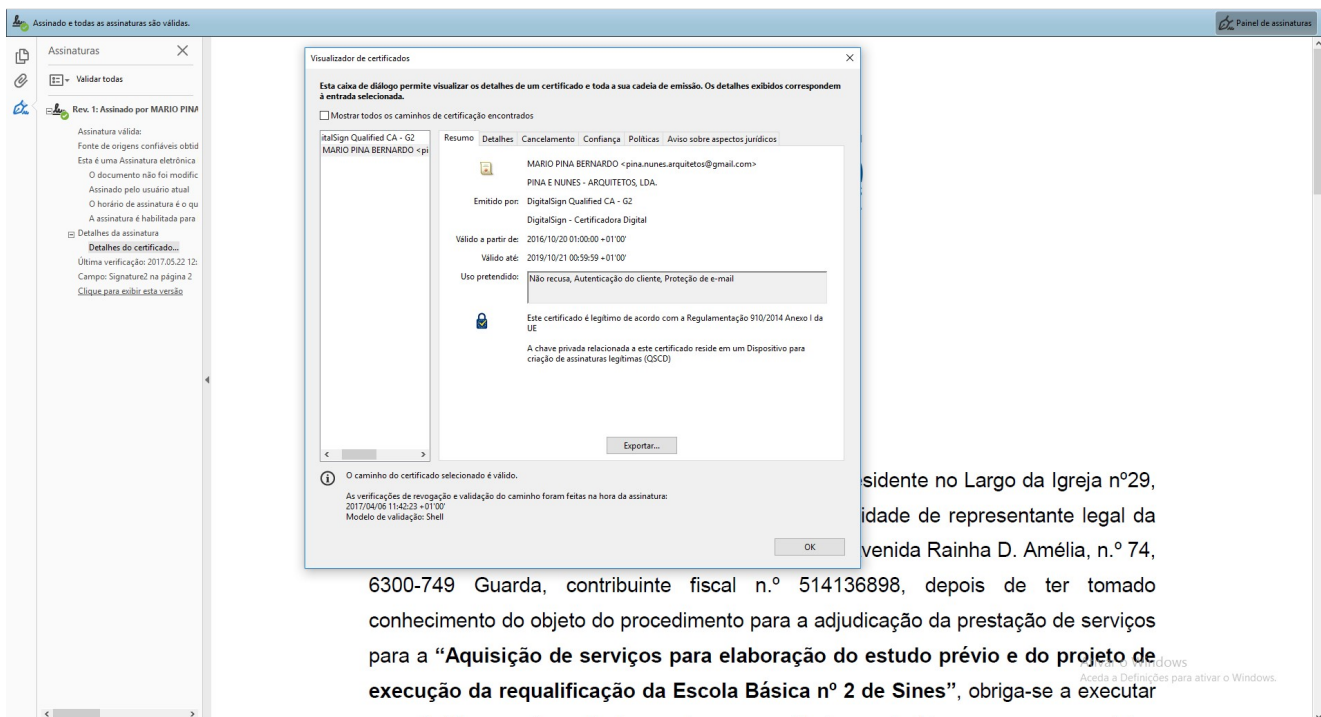
A razão aduzida para a exclusão da proposta é, no entendimento do Júri, por *“a mesma ser assinada pela gerência da empresa M5 – Consultores de Engenharia, Lda., entidade que não foi convidada a apresentar proposta”*. Mas a proposta está assinada pela gerência da empresa Pina & Nunes –

Arquitetos, Lda, e é isso que terá de ter em conta – Anexa-se certidão permanente da empresa para comprovar a afirmação.

Por acaso o gerente que assina a proposta também é gerente de outra empresa. Deste facto terão resultado lapsos em documentos da proposta em que é feita referência a outra empresa. Mas esses lapsos não têm qualquer implicação ou podem levantar dúvidas sobre quem apresentou a proposta e sobre os atributos da proposta ou qualquer outro aspecto do contrato a celebrar não submetido à concorrência.

Quanto à questão da assinatura, de notar que o que releva é a assinatura eletrónica. Por consulta ao certificado da assinatura eletrónica (possível nos documentos pdf da proposta), fica claro que a assinatura do gerente é na qualidade de gerente da empresa Pina & Nunes – Arquitetos, Lda.

A figura seguinte ilustra a consulta do “detalhe de certificado” no documento (em pdf) da proposta.



Por outro lado, o acesso à plataforma eletrónica (para apresentar propostas) num procedimento de formação de contrato público é realizado sempre com a identificação do concorrente (artigo 67º da Lei

96/2015, de 17 de agosto) e, quer através do formulário principal, quer através da proposta de preço (ambos os documentos preenchidos diretamente na plataforma eletrónica) é possível constatar sem margem para dúvidas, que a proposta foi apresentada e assinada por Pina & Nunes – Arquitetos, Lda.

Perante o exposto solicita-se ao Júri uma reavaliação da situação e admissão da proposta apresentada e assinada por Pina & Nunes - Arquitetos, Lda.

Guarda, 22 de Maio de 2017

Pina & Nunes – Arquitetos, Lda.